CARGO: ANALISTA TRIBUTÁRIO

Nome do Candidato: _____

INSTRUÇÕES

Abrir este caderno apenas após a autorização do fiscal de provas.

 Verifique se este caderno contém 40 questões, numeradas de 01 a 40. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
 Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta. Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.
 Procure, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que está respondendo. Verifique no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D) da resposta que você escolheu. Marque essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:

61	A	■	C	D
62	A	B	C	■

 As respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Marque apenas uma letra para cada questão. Mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
 O caderno de questões pode ser usado livremente para rascunho.
 O tempo máximo para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas é de 3h (três horas).

 Será permitida a saída da sala de provas após uma hora do início da prova.
 Ao término da prova entregue sua Folha de Respostas. Ele é o único documento válido para correção.
 Os três últimos candidatos somente poderão deixar a sala de provas simultaneamente, assinando a ata e todas as folhas de respostas (no verso).
 Não destaque folhas da prova.

 A FOLHA DE RESPOSTAS não será substituída em hipótese alguma.
 Não amasse, dobre ou rasgue sua FOLHA DE RESPOSTAS.
 Não esqueça de assinar no espaço correspondente da FOLHA DE RESPOSTAS.
 O gabarito preliminar será divulgado a partir das 20 horas do dia 30/03/2025 e estará disponível no quadro de avisos da Prefeitura e nos sites https://riodocampo.atende.net/ e https://portal.actio.srv.br/ durante o prazo para recursos.

www.pciconcursos.com.br

LÍNGUA PORTUGUESA

01) Assinale a alternativa que apresenta a palavra com derivação sufixal:
A) Plano.
B) Publicidade.
C) Ingrato.
D) Sopa.

02) Assinale a alternativa cuja proposição apresenta um exemplo de polissemia:
A) A peça teatral estava maravilhosa. / A peça que quebrou é essencial para o funcionamento da motocicleta.
B) O menino gostava de jogar futebol aos domingos. / A menina gostava de jogar vôlei aos sábados.
C) A situação é boa. / A situação é ruim.
D) A casa é antiga. / O prédio é antigo.

03) Assinale a alternativa que apresenta a frase com concordância verbal correta:
A) Haviam muito candidatos inscritos no Concurso Público.
B) Fazem duas semanas que as inscrições foram encerradas.
C) Devem haver muitas pessoas qualificadas para os cargos.
D) Faz dois anos que as vagas foram preenchidas.

04) Assinale a alternativa em que o uso ou supressão da crase é incorreto:
A) O candidato entregou a documentação à banca.
B) O centro da cidade fica as margens da rodovia estadual.
C) A questão foi respondida às pressas.
D) A prova foi entregue a ele.

05) Considerando as regras de regência verbal, leia as proposições abaixo:
I- No interior aspiramos ao ar puro.
II - O candidato aspira a um salário mais justo.
Podemos afirmar que:
A) Apenas o item I é correto.
B) Apenas o item II é correto.
C) Os itens I e II são corretos.
D) Os itens I e II são incorretos.

06) Assinale a alternativa que apresenta a frase com utilização de um pronome indefinido:
A) Ela é o mais inteligente da turma.
B) A aprovação depende do tempo de estudo.
C) Alguém irá alcançar o primeiro lugar.
D) Quando ela resolveu estudar para a prova?

07) Assinale a alternativa em que temos a ocorrência de mesóclise:
A) Contar-te-ia se tivesse tempo.
B) Depois de tanto tempo, dei-lhe a mão.
C) Desafie-se.
D) Conte-me mais sobre seus estudos.

08) Assinale a alternativa na qual o uso dos termos “cessão”, “seção” e/ou “sessão” está correto:
A) A sessão do funcionário para o órgão superior de governo acelerou os processos.
B) A seção da Câmara Municipal para discutir as cheias na região será no sábado.
C) A seção de venda de livros é a mais frequentada pelos estudantes.
D) Todas as pessoas visitaram a sessão de livros.

09) Assinale a alternativa em que o uso de “porque”, “porquê”, “por que” e/ou “por quê” está incorreto:
A) Eu me inscrevi no Concurso Público porque tenho a formação exigida.
B) Não foi explicado o porquê do indeferimento.
C) A prova estava fácil por que a candidata estudou muito.
D) Por que a prova foi realizada no domingo?

www.pciconcursos.com.br

10) É uma tipologia textual cujo objetivo é a exposição de pensamentos ou de ideias. Apresenta argumentação e defesa sobre opiniões e discussão de pontos de vista em relação a algum tema. Estamos falando de:

A) Dissertação.
B) Narração.
C) Descrição.
D) Exposição.

MATEMÁTICA

11) Bernadete, moradora do centro de Rio do Campo, caminhava todo dia até seu trabalho, que ficava a 4 km. Levava uma hora para ir e mais uma hora para retornar. No entanto, foi a uma festa grande no final de semana e na segunda-feira estava exausta, pelo qual, levou 20% a mais que tempo normal (tanto para ir ao trabalho, como para retornar), tanto que chegou atrasada ao trabalho. Quanto tempo Bernadete caminhou na segunda-feira (considerar a ida e o retorno ao trabalho):

A) Uma hora e 20 minutos.
B) 2 horas e 40 minutos.
C) 2 horas e 24 minutos.
D) 2 horas e 20 minutos.

12) Assinale a alternativa que apresenta o resultado da soma das seguintes frações:

$$\frac{10}{2} + \frac{14}{5} + \frac{20}{3}$$

A) $\frac{217}{15}$
B) $\frac{44}{10}$
C) $\frac{22}{5}$
D) 14

13) João tinha 3 hectares de terras na localidade de Santa Maria. Comprou do seu vizinho mais duas vezes e meia a mesma proporção de terras que já tinha e anexou a seu imóvel. Qual a área de terra atual de João:

A) 7,5 hectares.
B) 75.000 m².
C) 10.500 m².
D) 105.000 m².

14) João era pedreiro e desconfiou da empresa de material de construção quanto à quantidade de entrega de areia: adquiriu 2,5 metros cúbicos. Para aferir, fez uma caixa de madeira para depositar o material quando o caminhão chegasse. Qual caixa serve para medir exatamente o material entregue:

A) 2,5 metros de comprimento, 2,5 metros de altura e 2,5 metros de largura.
B) 1,5 metros de comprimento, 0,75 metros de altura e 2 metros de largura.
C) 1,25 metros de comprimento, 1 metro de altura e 2 metros de largura.
D) 2 metros de comprimento, 2 metros de altura e 0,5 metros de largura.

15) Assinale a alternativa que apresenta o quociente da seguinte divisão:

518,91 ÷ 35,3

A) 483,61.
B) 14,7.
C) 15,5.
D) 24,7.

CONHECIMENTOS GERAIS

16) Recentemente foi apresentada uma proposta ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, uma medida tributária que:

A) Buscar tributar com imposto de renda quem ganha até R$ 5.000 mensais.
B) Buscar isentar do INSS (contribuição previdenciária) quem ganha até R$ 5.000 mensais.
C) Buscar isentar do imposto de renda quem ganha até R$ 5.000 anual.
D) Buscar isentar do imposto de renda quem ganha até R$ 5.000 mensais.

www.pciconcursos.com.br

17) Assinale a alternativa correta quanto à história do Brasil:
A) O primeiro astronauta brasileiro a pisar na lua foi Neil Armstrong.
B) A primeira capital do Brasil foi Rio de Janeiro e desde 1950 Brasília é a capital do País.
C) Tiradentes, ativista político e líder da inconfidência mineira, não participou do ato da Proclamação da República.
D) O Brasil não participou da Segunda Guerra Mundial.

18) Assinale a alternativa incorreta, quanto à história de Rio do Campo:
A) Em meados de 1916, Antônio Haro Varela, liderando um grupo de famílias desce a Serra Geral, fixando residência na localidade hoje conhecida por Rio Azul. Este fato é tido como o início do desbravamento dessas terras.
B) Luiz Bertoli foi responsável, na década de 1920, por efetuar a medição das terras e recebia-as como pagamento dos serviços.
C) Foi Distrito de Taió por menos de uma década.
D) Tem mais de 70 anos de emancipação política-administrativa.

19) De acordo com sua Lei Orgânica, ao município de Rio do Campo é vedado:
A) Fiscalizar, nos locais de venda direta ao consumidor, as condições sanitárias dos gêneros alimentícios e de suas instalações.
B) Permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto falante ou de qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda política ou afim, e estranho à administração.
C) Proteger o meio ambiente, combatendo a poluição em qualquer de suas formas.
D) Fomentar a produção agropecuária local e organizar o abastecimento alimentar no território do município.

20) Sobre os bens do município de Rio do Campo, sua Lei Orgânica prevê que, exceto:
A) Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do Chefe da Secretaria, ou Diretoria a que forem distribuídos.
B) A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.
C) É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou lagos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas, ou refrigerantes.
D) Não poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, sob qualquer hipótese.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização _____ da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Preenche corretamente a lacuna acima:
A) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial
B) tributária
C) dos ativos e dos passivos
D) de quem utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos

22) Ainda de acordo com a Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:
A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
C) Delegar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
D) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

23) O Sistema Tributário Nacional, conforme texto expresso na Constituição Federal, deve observar os princípios:

www.pciconcursos.com.br

A) Do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da justiça tributária e da segregação de funções.
B) Da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
C) Do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.
D) Da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, da justiça tributária e da celeridade.

24) Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, a União, nos termos da Constituição Federal, mediante lei complementar, poderá instituir:
A) Contribuições sociais.
B) Imposto sobre grandes fortunas.
C) Apropriação de créditos.
D) Empréstimos compulsórios.

25) Consoante Constituição Federal, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:
I- Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
II- Entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.
III- Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, exceto de suas fundações e entidades.
IV- Livros, jornais, periódicos, exceto papel destinado a sua impressão.
Estão corretos os itens:
A) I e IV, apenas.
B) I e II, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II, III e IV, todos.

26) Os dispositivos constitucionais ao tratarem do Sistema Tributário Nacional, especificamente sobre a repartição das receitas tributárias, prescrevem que pertencem aos municípios, exceto:
A) O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
B) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade quando fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
C) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.
D) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

27) O Código Tributário Nacional dispõe que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, sendo que a prescrição se interrompe, exceto:
A) Pela citação pessoal em execução fiscal.
B) Pelo protesto extrajudicial.
C) Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
D) Por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

28) Segundo o Código Tributário Nacional as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador:
I- O exercício regular do poder de polícia.
II- A utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
Sobre os itens acima podemos afirmar:
A) Apenas o item I é correto.
B) Apenas o item II é correto.
C) Os itens I e II são incorretos.

www.pciconcursos.com.br

D) Os itens I e II são corretos.

29) De acordo com a Lei Complementar Federal n. 116/2003 analise as afirmativas abaixo e assinale a incorreta:
A) O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
B) O imposto sobre serviços de qualquer natureza incide sobre prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.
C) A incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza não depende da denominação dada ao serviço prestado.
D) O imposto sobre serviços de qualquer natureza não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.

30) A Lei Complementar Federal n. 116/2003 dispõe que, em regra geral, o serviço considera-se prestado, e o imposto, devido:
A) No local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.
B) No local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço.
C) No local de estabelecimento do prestador caso o tomador seja do mesmo município, caso o tomador seja de outro município, o imposto será devido em cinquenta por cento para o município do prestador e cinquenta por cento para o município do tomador.
D) No local em que o serviço foi prestado (território).

31) Assinale a alternativa que apresenta a alíquota do ISSQN indicada que não é permitida pela Lei Complementar Federal n. 116/2003:
A) 2%.
B) 3,5%.
C) 4%.
D) 5,5%.

32) Considerando a lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal n. 116/2003, o item 7 trata-se de serviços relativos a/à:
A) Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
B) Saúde, assistência médica e congêneres.
C) Engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
D) Bens de terceiros.

33) Para efeitos da Lei Complementar Federal 123/2006 podem ser consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, quando devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, e quando atenderem aos demais regramentos da mencionada norma, exceto:
A) A sociedade anônima.
B) A sociedade empresária.
C) A sociedade simples.
D) O empresário que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

34) O Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é denominado:
A) Microempreendedor Individual - MEI.
B) Simples Nacional.
C) Lucro presumido.
D) Lucro arbitrado.

35) A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000), ao tratar da escrituração e consolidação das contas, prevê que além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes, exceto:
A) No caso das demonstrações conjuntas, incluir-se-ão as operações intragovernamentais.

www.pciconcursos.com.br

B) As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
C) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.
D) A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

36) O Código Tributário de Rio do Campo prevê que a base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza é:
A) A estimativa de valor antes de realizado o serviço.
B) O preço do serviço subtraídos os descontos concedidos sob condição.
C) O preço do serviço.
D) O preço do serviço incluídos os valores de materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa ao referido Código.

37) Conforme previsto no Código Tributário de Rio do Campo, o auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:
I- Mencionar o local, dia e hora da lavratura.
II- Referir-se ao nome do infrator e das testemunhas, se houver.
III- Descrever sumariamente o fato que constitui infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo da legislação tributária municipal violada e fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso.
IV- Conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidas, ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.
Estão corretos os itens:
A) I e IV, apenas.
B) I e II, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II, III e IV, todos.

38) É uma taxa decorrente do poder de polícia municipal, prevista no Código Tributário de Rio do Campo:
A) Taxa de Expediente.
B) Taxa de Verificação do Cumprimento das Normas Urbanísticas e de Posturas Municipais.
C) Taxa de Coleta de Lixo.
D) Taxa de Serviços Urbanos.

39) Na constituição do crédito tributário prevista no Código Tributário de Rio do Campo, o lançamento compreende as seguintes modalidades, exceto:
A) Lançamento Direto: quando sua iniciativa competirá à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base nos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha destes dados.
B) Lançamento Indireto: quando sua iniciativa competirá à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base nos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha destes dados.
C) Lançamento por Homologação: quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo homologado, expressamente o homologue.
D) Lançamento por Declaração: quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, na forma da legislação tributária.

40) O Código Tributário de Rio do Campo disciplina que quando se tratar de estabelecimento de funcionamento temporário, de contribuinte, cuja espécie, modalidade ou volume de operações imponha tratamento fiscal específico ou de prestadores de serviço de rudimentar organização, quando o contribuinte não emitir documentos fiscais previstos em lei ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação vigente ou o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária, a autoridade instituirá cobrança de imposto em que a base tributária será obtida por:
A) Estimativa fiscal.
B) ISS Fixo.
C) Utilização da mesma base de cálculo do IPTU.
D) Taxas previamente definidas.

www.pciconcursos.com.br